



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUFRAMA

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA - CAPDA

DATA: 30 de março de 2016.

HORA: 14h30 às 19h

LOCAL: Sala de Reunião das Superintendências Adjuntas, SUFRAMA – Manaus-AM.

Membros presentes:

- Marcos Vinícius de Souza – Coordenador do CAPDA - SIN/MDIC
- Adalberto Afonso Barbosa – Suplente - SEPIN/MCTI
- Emmanuel Aguiar – SAP/SUFRAMA
- Marcelo Souza Pereira – Secretário Executivo do CAPDA-SAP/SUFRAMA
- Carlos Roberto da Silva – Suplente - CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Luiz Antônio Pazos Moraes – Titular - BNDES
- Eduardo Bizzo de Pinho Borges – Suplente - BNDES
- Estevão Vicente Cavalcante Monteiro de Paula – Titular – Governo do Estado do Amazonas
- René Levy Aguiar – Suplente - Governo do Estado do Amazonas
- Denis Benchimol Minev - 1º Titular/Polo Industrial de Manaus-PIM
- Everaldo Pereira Santos - 2º Suplente/Polo Industrial de Manaus-PIM
- Edleno Silva de Moura - 1º Titular/Comunidade Científica/UFAM
- Spartaco Astolfi Filho – 1º Suplente/Comunidade Científica/UFAM
- Mário Bessa- Representante do 2º Suplente/Comunidade Científica/UEA

Convidados:

- Luciano C. de Souza – MDIC
- Rafael Henrique Rodrigues Moreira – MDIC
- Hermeto Luiz C. de Queiroz – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Sérgio Nascimento – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Maurício Itikawa – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Wariton Pereira de Souza – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- João Paulo Penhalosa – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Maria Edileusa dos Santos – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Ivaneide Alves Saldanha – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Vera Lúcia Lopes Leite - COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Taynara Tenório C. Bezerra – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Roberta Costa da Silva – COART/CGTEC/SAP/SUFRAMA
- Márcia Santos de Freitas – CBA/SAP/SUFRAMA
- José Nilson Santos – CGCOM/SUFRAMA
- Claudio Pereira Machado – CGCAS/SUFRAMA

ABERTURA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAPDA

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA):

- iniciou a reunião comentando sobre o Workshop no CBA, no qual empresas e associações empresariais do Brasil e também as comunidades locais discutiram sobre as linhas de pesquisas daquele Centro. Informou também que será constituída uma Organização Social (OS) compartilhada entre o MDIC e o MCTI;
- apresentou a pauta e registrou a necessidade de que cada manifestação ao microfone dos comitentes e convidados seja precedida da respectiva identificação a fim de viabilizar o trabalho da Secretaria do CAPDA na confecção da Ata de Reunião. Comentou ainda que o principal ponto da pauta é a discussão dos novos projetos dos Programas Prioritários, enfatizando a importância de que fossem definidas as linhas prioritárias durante a reunião, possibilitando avanço na reestruturação dos Programas. Informou também que os Comitentes Drs. Spartaco e Edleno fariam as apresentações dos Programas Prioritários sugeridos pelos mesmos, adicionalmente a alguns comentários sobre resultados de reuniões realizadas com o Governo do Estado, empresas e outras entidades. Foi apresentado o Prof. da UEA Dr. Manoel Cardoso como convidado para contribuir sobre algumas linhas de pesquisas a respeito de Programas Prioritários para a região.
- colocou em votação a aprovação da Ata da 46ª Reunião do CAPDA, realizada em 16 de outubro de 2015, onde houve algumas manifestações e inclusões, a exemplo do Sr. Adalberto Barbosa (MCTI) que participou via telefone em Brasília. Não havendo manifestação, foi aprovada a referida Ata.
- colocou em votação a aprovação da Ata da 47ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2015, com registro da manifestação do Comitente Denis Minev quanto ao longo tempo no qual as atas são encaminhadas aos comitentes que, nesse ínterim, não mais se lembravam dos assuntos. Ficou definido que as atas deveriam ser enviadas no máximo quinze dias após às reuniões. Não havendo mais manifestações, foi aprovada a referida Ata.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): abriu a Ordem do Dia recordando a ampla discussão sobre os RDAs, enfatizando a solicitação do comitente Denis Minev (PIM) sobre o encaminhamento antecipado dos relatórios. O Secretário Executivo explicou que, em função de um Decreto presidencial que extinguiu cargos da SUFRAMA, a Secretaria Executiva do CAPDA ficou sem apoio da Coordenação do Conselho de Administração da Suframa (CAS), pois os gestores que estavam à frente foram exonerados. Informou ainda que seriam apresentados alguns relatórios, cujos detalhamentos seriam apresentados na próxima reunião. Sobre os acompanhamentos dos projetos dos Programas Prioritários, os mesmos já tiveram suas análises iniciadas, sendo que no futuro, as prestações de contas seriam realizadas com maior brevidade. Concluiu anunciando as demais comunicações contidas na Pauta da 48ª Reunião do CAPDA, enumerando duas Avaliações de Desempenho (Relatório de Avaliação de Desempenho - RAD das instituições credenciadas no CAPDA), cinco propostas de descredenciamentos (Pareceres Técnicos) por não cumprirem o item 3.3 da Resolução CAPDA nº 5/2010, credenciamento de uma

instituição e uma habilitação de unidade acadêmica da UFAM para receber recursos da Lei de Informática, adicionalmente à Consolidação dos Relatórios Demonstrativos (RDA's).

MAURICIO ITIKAWA (Técnico Suframa): Sumarizou as proposições contidas na Ordem do Dia, como segue:

Proposição nº 1/2016 (Avaliação de Desempenho de instituições credenciadas no CAPDA): RAD Nº 3/2016COART/CGTEC/SAP-INSTITUTO DE TECNOLOGIA JOSÉ ROCHASÉRGIO CARDOSO (ITJRSC), RAD Nº 1/2016-COART/CGTEC/SAP-FUNDAÇÃO ALFREDO DA MATTA (FUAM), foram apresentadas as fundamentações técnicas contidas nos RAD's para a recomendação da manutenção de credenciamento das citadas instituições, ressaltando que a Fundação Alfredo da Matta não teve acesso aos recursos de empresas beneficiárias da Lei de Informática do PIM, tampouco recebeu recursos do CT-Amazônia, porém, sob a perspectiva de projetos que poderão ser apresentados às empresas com a finalidade de utilizar tais recursos foi também recomendada a manutenção do credenciamento.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): colocou o assunto em votação, o qual foi aprovado sem manifestação contrária dos comitentes.

Proposição nº 2/2016 (Proposta de Descredenciamento pelo não cumprimento do item 3.3 da Resolução CAPDA nº 5, de 2010): Pareceres Técnicos nºs 17/2016-COART/CGTEC/SAP-FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA (FUNATEC), 20/2016-COART/CGTEC/SAP-COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS/SERVIÇOS GEOLÓGICOS DO BRASIL/SUPERINTENDÊNCIA DE MANAUS (CPRM/SUREG/MA) e 19/2016-COART/CGTEC/SAP-CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO (UNIRON). As instituições enumeradas não apresentaram material para a avaliação de desempenho, apesar das notificações por meio de ofícios circulares encaminhados pela Secretaria Executiva do CAPDA. Atendendo solicitação da última reunião do CAPDA, foi verificado que as instituições também não possuem histórico de recebimento de recursos das empresas beneficiadas do PIM com a Lei de Informática e CT-Amazônia. Quanto à EMBRAPA/RO, esta instituição obteve aportes do CT-Amazônia que totalizam aproximadamente dois milhões de reais, sendo o último aporte base edital MCTI/CNPq nº 77/2013. Previamente à proposta de descredenciamento desta última entidade, houve contato telefônico com o gestor, que se manifestou desfavorável quanto à manutenção do credenciamento, haja vista a ausência de recursos. Diante do exposto, a equipe técnica sugeriu o seu descredenciamento. Diante do questionamento do Coordenador quanto a formalização da comunicação (por escrito) tanto dele como do CAPDA, foi informado que houve o envio de dois ofícios circulares, sendo o primeiro em abril de 2015, com prazo de 90 dias e em setembro de 2015 concedendo mais 30 dias para manifestação.

LUIZ PAZOS (BNDES): manifestou que a instituição deve pensar no custo benefício de acessar os recursos, e que deveria ser verificado o porquê a manutenção não é considerada atrativa pela instituição (muito trabalhosa ou onerosa).

MAURICIO ITIKAWA (Suframa): explicou o rito de credenciamento. Acrescentou que a manutenção corresponde ao envio de informações similares àquelas fornecidas no credenciamento, ou seja, na manutenção, a instituição deveria fazer basicamente uma atualização das informações anteriormente enviadas, acrescidas dos convênios firmados no período avaliado, não justificando o julgamento de que a manutenção do credenciamento seja algo oneroso ou muito trabalhoso para as instituições.

EDLENO SILVA DE MOURA (Comunidade Científica): lembrou que o grande número de credenciamentos de instituições, ocorreu devido a um Edital Universal do CT-Amazônia publicado no ano de 2008, porém atualmente muitas daquelas instituições têm manifestado o desinteresse de se manterem credenciadas no CAPDA em razão da falta de acesso aos recursos das empresas bem como do Fundo Setorial CT-Amazônia, caracterizando um retrabalho periódico de manutenção sem resultados práticos. Observou ainda que os recursos do Fundo CT-Amazônia não demandam mais de credenciamento pelo CAPDA.

MAURICIO ITIKAWA (Suframa): acrescentou que depois de dois ciclos de avaliação sem aporte de recursos é sugerido o desc credenciamento automático no CAPDA, conforme estabelecido pela Resolução CAPDA nº 5/2010.

SPARTACO ASTOLFI FILHO (Comunidade Científica): observou que para receberem aportes da empresa do PIM, tais instituições deverão estar credenciadas e que se sente desconfortável em desc credenciar a EMBRAPA/RO pelo fato de ser uma instituição pública.

ESTEVÃO MONTEIRO DE PAULA (Governo do Estado): comentou que o CAPDA deveria mostrar às instituições credenciadas quais as vantagens de se manter o credenciamento, elaborando um instrumento que divulgasse tal informação.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): reforçou que todas as instituições credenciadas no CAPDA sabem os benefícios e de como obter os recursos. Percebe-se, no entanto, que as características de atuação da instituição são distintas do perfil do CAPDA, observando que aquelas se submeteram ao credenciamento devido unicamente ao Edital Universal de 2008, cabendo ao CAPDA aguardar o período regulamentar para fazer as devidas cobranças e, caso não cumprida a norma, deverá ser desc credenciada.

ESTEVÃO MONTEIRO DE PAULA (Governo do Estado): manifestou-se no sentido de que o CAPDA precisa sim divulgar melhor as vantagens do credenciamento através de um instrumento, documentando sobre sua atuação e benefícios e quais as linhas de atuação.

MAURICIO ITIKAWA (Suframa): comentou que as instituições fora do eixo de localização das empresas do PIM, em Manaus, têm menos acesso aos recursos das empresas do PIM e mais ao CT-Amazônia, portanto como o CT-Amazônia desde 2013 não coloca nenhum edital para aportar recursos nas instituições, elas acabaram perdendo de fato o interesse de se manterem credenciadas no CAPDA, adicionalmente, no caso da EMBRAPA/RO, o gestor é novo e demonstrou desconhecimento das atividades do CAPDA. Mediante a avaliação de

desempenho, a função do credenciamento foi devidamente explicada, porém o mesmo manteve-se desfavorável a manter a instituição credenciada.

ADALBERTO AFONSO BARBOSA (MCTI): esclareceu o assunto apresentando dois aspectos: o primeiro refere-se ao aporte das instituições credenciadas no CAPDA primordialmente por empresas fabricantes de bens informática, as quais não demonstram interesse de aplicar na área biológica, direito, ou outra adversa à sua área de atuação. Eventuais investimentos podem ocorrer, contudo não por interesse natural, pois as mesmas já aplicam um percentual no CT-Amazônia e desejam que ou outros percentuais sejam aplicados em projetos que atendam suas expectativas, dentro do segmento delas. Como o recurso é privado, pertence à indústria, resulta em aplicações que trazem retorno a elas. O segundo aspecto é que os editais do CT-Amazônia não exigem mais o credenciamento como requisito de participação, ou seja, independente do credenciamento, as entidades de P&D podem participar de editais financiados por esse fundo.

MAURICIO ITIKAWA (Suframa): concluiu resumindo as informações da Fundação Nilton Lins (FNL) explicando os principais pontos técnicos contidos no parecer disponibilizado para os Comitentes e citou que um dos principais fatores é a instituição não possuir um quadro próprio de pesquisadores, adicionado ao fato de também não ter recebido recursos da Lei de Informática, resultando na recomendação do descredenciamento por meio do Relatório de Avaliação de Desempenho nº 2/2016-COART/CGTEC/SAP-FUNDAÇÃO NILTON LINS (FNL).

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): colocou o descredenciamento das 5 instituições para votação. Não havendo manifestação contrária à recomendação técnica, os descredenciamentos apresentados foram deferidos.

MAURICIO ITIKAWA (Suframa): prosseguiu apresentando a proposição de credenciamento:

Proposição nº 3/2016 - Credenciamentos de instituição no CAPDA: Parecer Técnico nº 38/2016-COART/CGTEC/SAP-CENTRO DE ESTUDOS E SISTEMAS AVANÇADOS DO RECIFE-CESAR (UNIDADE MANAUS);
Proposição nº 4/2016-Indicação de Unidade executora para receber recursos da Lei de Informática, nos termos do item 2, da Resolução CAPDA nº 5, de 7 de dezembro de 2010- Parecer Técnico nº 48/2016-COART/CGTEC/SAP-DEPARTAMENTO DE CLÍNICA CIRÚRGICA (DCC/UFAM); Foi colocado para aprovação pelo Coordenador do CAPDA, resultando na aprovação de todas as proposições.

HERMETO LUIZ C. DE QUEIROZ (SUFRAMA): apresentou a proposição nº 3 da pauta:

Proposição nº 5/2016 - Consolidação dos Relatórios Demonstrativos - RD's 2010 e 2011: conforme solicitação anterior referente ao detalhamento sobre as aplicações dos recursos de P&D, com base no inciso 7º do artigo 27 do Decreto 6.008 em conjunto com o parágrafo 8º do artigo 2º da Lei 8.387, resguardadas as informações sigilosas das empresas envolvidas, cabe ao CAPDA aprovar a consolidação dos RDA's, materializada nos termos da Nota Técnica nº 16/2016-COART/CGTEC/SAP. As informações contidas no anexo I da Nota Técnica acima atende à Portaria 289, revogada pela Portaria 48 de

2016, a qual estabeleceu à Suframa o prazo de 31 de dezembro de 2015 para o encerramento de todas as análises relativas aos compromissos gerados nos anos de 2010 e 2011. Apresentou na sequência o Quadro Consolidado de Relatórios Demonstrativos (anexo I da citada Nota Técnica), detalhando as quantidades de RDAs analisados, os quais totalizam 59, relativos ao ano 2010 e 62, relativos ao ano 2011, ou seja, 121 Relatórios, que correspondem a 399 projetos. Esses números abrangem tanto projetos da modalidade interna quanto externa. Os projetos desenvolvidos na modalidade externa são financiados por recursos aplicados nas instituições que estão com seus credenciamentos ativos no CAPDA. Em 2010, o valor total aplicado nessas instituições foi de aproximadamente R\$ 165 milhões e em 2011, aproximadamente R\$ 175 milhões. Estão apresentados o rol de investimentos de todas as instituições na tabela onde trata da modalidade externa, os quais foram efetivamente fiscalizados. Demonstrou também as aplicações nas instituições CERTI e FUCAPI, que se tratou de projeto desenvolvido em conjunto, CETELI, CIDE, CITS, Fundação Nokia (FNE), Fundação Paulo Feitosa (FPFTEC), FUCAPI, IATECAM, INdT, Instituto Sérgio Cardoso (iTRSJ), INTERA, Programa Prioritário, que foi um aporte direto no CT-PIM, SIDIA UEA e UFAM. Os percentuais referem-se a comparativos horizontais. São também apresentados valores consolidados informados no site do MCTI sobre o FNDCT e CT-Amazônia, que, em 2010 foi aproximadamente R\$ 16 milhões e 2011, R\$ 25 milhões. Esse aumento, em linhas gerais, decorre da retomada do crescimento da produção das indústrias no segundo ano. O impacto pode ser observado no comportamento do faturamento bruto das empresas que produzem bens de informática. O ano de 2010 fechou com faturamento bruto aproximado de R\$ 5,9 bilhões e em 2011, aproximadamente R\$ 6,8 bilhões. Os tributos recolhidos na comercialização, da mesma forma que as aquisições de insumos que também recebem benefício da Lei de Informática, segundo o próprio Decreto 6.008, são valores que serão deduzidos para apuração da base de cálculo da obrigação anual. Desta forma, a obrigação total em 2010 foi de R\$ 230 milhões. Na última linha da tabela, entretanto, observamos que o investimento foi no montante de R\$ 190 milhões. Essa diferença de 40 milhões deve-se a projetos das empresas que não estavam totalmente concluídos, bem como de muitas empresas que deixaram o PIM naquele ano. Observou-se ainda que nos 59 RDAs ocorreram antecipações, pois algumas empresas do PIM também tiveram problemas com caixa. Na coluna de 2011 está representada obrigação de R\$ 249 milhões e um investimento total de P&D de R\$ 248 milhões. Alguns desses dispêndios foram ocultados para uma posterior apresentação.

DENIS BENCHIMOL MINEV (PIM): observou que nesta reunião foram apresentadas bem mais informações que na anterior, porém comentou que ainda há grande distância da atualidade, questionando sobre a possibilidade de atualização até 2014.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): respondeu que, em decorrência de auditoria da CGU e do MPF concernentes aos recursos de P&D por conta da Lei de Informática (ZFM), no mês de setembro de 2015, o Superintendente da Suframa à época, Sr. Gustavo Igrejas, assinou a Portaria nº 289/2015 que estabelecia prazo para finalizar o *backlog* que considerávamos de possível análise. Adicionou que, ao assumir a

SAP, foi-lhe apresentado que o cronograma previsto para o ano de 2015 já se encontrava expirado, sem, contudo, estarem cumpridos os prazos do cronograma previstos relativos aos anos de 2010 e 2011. Em função do reconhecimento, por parte da Administração, de que o passivo era de impossível conclusão no prazo estabelecido, foi revogada a Portaria nº 289/2015 através da assinatura da Portaria nº 48/2016, a qual redefine o cronograma de análise do passivo dos Relatórios Demonstrativos para até 2018. Os dados apresentados (pelo técnico Hermeto) referem-se aos resultados das análises no âmbito desta última Portaria. Solicitou na sequência que fosse encaminhada cópia da Portaria a todos os comitentes, dando ciência dos prazos para cumprimento das análises.

ESTEVÃO MONTEIRO DE PAULA (Governo do Estado): questionou quanto à possibilidade de haver apresentação dos RDAs nas reuniões para simples conhecimento do CAPDA, sem caráter deliberativo.

HERMETO LUIZ C. DE QUEIROZ (SUFRAMA): explicou que para fins de deliberação, a consolidação dos dados de aplicação em P&D só pode ser feita após a análise total dos RDAs, entretanto na modalidade externa do aporte acredita que seja plenamente viável, tanto 2012 quanto 2013, porém 2014 ainda estão em andamento.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): adicionou que os dados abordados são equivalentes a 2010 e 2011, sendo uma consolidação para análises dos Comitentes, nada impedindo que seja preparado um relatório com todo o passivo, para comunicação. Esta prestação de contas pode mudar por motivação de diferentes situações, por exemplo glosas que são revertidas no momento da interpelação dos recursos a empresa.

DENIS BENCHIMOL MINEV (PIM): disse que tais informações foram muito esclarecedoras para o entendimento da magnitude da operação. Adicionou que considera ideal a presença de auditorias externas, sobre a qual tem insistido nas empresas. Refletindo no âmbito institucional e vendo os números apresentados, constata-se a existência de instituições de porte substancial, das quais poder-se-ia exigir relatório de auditoria externa previamente aprovada pelo CAPDA a fim de facilitar o trabalho da Suframa, concomitantemente à elevação dos critérios de avaliação das instituições com grande volume de recursos aportados (acima de R\$ 5 milhões). Exemplificou com os volumes de recursos trabalhados pelo INdT nos anos 2010 e 2011.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): apresentou o Sr. Rafael (MDIC) para apresentar o cenário atual, apresentando ações que o MDIC e Suframa estão executando sobre os problemas em discussão.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): O problema da existência de *backlog* não é exclusivo da Suframa, havendo também na SEPIN, sendo o Sr. Adalberto (MCTI) testemunha desse fato, pois teve papel fundamental na época em que foi montado um projeto para atacar os passivos dos RDAs. Na Suframa, foi contratado um time de consultores, sendo o *kick-off* do trabalho o estudo de diagnóstico que contemplou o entendimento de como são analisados os RDAs, como as informações chegam, como são compiladas, a formação da equipe, como os técnicos analisam cada projeto e cada linha, a discriminação de despesas, como é a avaliação do que de fato é P&D, qual é a avaliação do ponto de vista da modalidade de aplicação, das rubricas. A proposta deverá ter duas etapas: a primeira trata da constituição de uma metodologia de análise clara com procedimentos de

avaliações dos RDAs e a segunda, do legado que existe, cujas análises possuem prazo de até 2018 para conclusão. No MCTI, foi conversado com o Sr, Manoel da SEPIN sobre sistema de análises dos RDAs, prevendo algoritmos que, de forma automática, já faz as avaliações de percentuais e de coerência para diminuir o trabalho mecânico dos técnicos na avaliação de projeto a projeto, papel a papel. Desta forma prevemos que até a metade do ano haverá a apresentação da metodologia e um plano de ataque do *backlog*. Os Consultores avaliam que, pelo fato do *backlog* da Suframa ser bem inferior do que o da SEPIN e como a equipe da Suframa já tem experiência na manipulação das informações, de forma rápida esse passivo poderá ser atacado.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): Comentou que esse assunto está contemplado no Contrato de Gestão entre SUFRAMA e MDIC e que todo o apoio necessário será dado para tal. Foi colocada proposição para votação e, por não haver manifestação contrária, foi aprovada a Proposição nº 5 - Consolidação dos Relatórios Demonstrativos - RDs 2010 e 2011.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): apresentou o tópico da pauta III - **Assuntos de Ordem Geral – Custeio de viagens para os Comitentes do CAPDA pela FINEP utilizando a taxa de administração prevista no art. 8º, do Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009** – Comentou que o assunto de custeio de viagens pela FINEP é discutido também por outros Comitês. No caso da Lei de Informática, tanto o Decreto nº 6.008/2006 como o Decreto nº 5.906/2006 preveem uma taxa de administração de até 5% para que haja o pagamento de despesas dos Comitentes do CAPDA (e do CATI). A proposta é que este tema fosse operacionalizado junto com a FINEP, sendo que, conforme informado pelo sr. Adalberto (MCTI), no CATI ainda não o foi. Há uma previsão no Decreto de que 5% do FNDCT sejam gastos com estudos, pesquisas e viagens dos Comitentes para o apoio operacional para fiscalização.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): se manifestou pela necessidade de discussão com o representante da FINEP, no entanto não houve representação do Fundo na reunião.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): sugeriu que o assunto fosse tratado independentemente da presença da FINEP nas reuniões do CAPDA. Solicitou que a Secretaria do CAPDA envie um documento com as devidas assinaturas para a FINEP a fim de se obter respostas oficiais quanto ao assunto proposto, estabelecendo nesse documento prazo de resposta para que na próxima Reunião Ordinária do Comitê já se tenha posição oficial da FINEP, independente da presença de seu representante. Orientou ainda que o Sr. Rafael (MDIC) e o Secretário Executivo do CAPDA se articulem para tal e se colocou à disposição para assinar os documentos necessários.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): deu continuidade à reunião informando sobre a ocorrência de reunião do Conselho Administrativo em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do CT-PIM. O mesmo tomou posse como presidente do Conselho do CT-PIM em dezembro de 2015, quando solicitou diversos documentos a respeito da situação financeira. Na ocasião foram enumerados em ata diversos problemas encontrados e suas possíveis soluções, sobre os quais comprometeu-se em envolver a equipe do MDIC, principalmente sobre a questão financeira. Naquela reunião foi informado existência de dívida em torno de R\$ 4,5 milhões (inicialmente informavam-se que a dívida encontrava-se

em R\$ 2 milhões, sendo posteriormente corrigidos para R\$ 4,5 milhões). Ao longo da semana seguinte a da reunião, iniciaram-se os estudos financeiros dentro do MDIC para a recuperação do CT-PIM. Foram realizados contatos com diversas empresas e instituições bem como foram vistas fontes orçamentárias. Uma equipe foi ao CT-PIM, quando foi descoberto que a dívida previamente revista para R\$ 4,5 milhões, na verdade seria de R\$ 8,6 milhões. Projeções indicam que demandaria entre 17 e 18 anos sanar a dívida, considerando melhoria da performance do CT-PIM para patamares de faturamento anual entre R\$ 5,5 milhões e R\$ 6 milhões. Outro problema foi a identificação de um “empréstimo” feito a partir de recursos financeiros dos Programas Prioritários do CAPDA com a finalidade de pagamentos dos funcionários. O pagamento desse “empréstimo” seria realizado a partir de novos projetos. Tal manobra foi realizada sem anuência do CAPDA. A AGU e Controlador Geral do MDIC, mediante consulta, opinaram pelo encerramento das atividades do CT-PIM (pauta da reunião do conselho e assembleia). A partir desse ato, não são mais permitidos aportes de recursos, tampouco a celebração de novos contratos e convênios. Continuou informando que foram concedidos 90 dias para que o CT-PIM organize todas as documentações referentes às suas atividades nos últimos 5 anos e, atendendo orientações superiores do MDIC, o assunto será encaminhado ao Ministério Público para apuração de responsabilidade da gestão. Sobre a questão do adiantamento, a Suframa já se encontra atuando através de auditoria sobre a utilização de recursos, haja vista que o CT-PIM coordenava Programas Prioritários aprovados pelo CAPDA.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): acrescentou que há a necessidade de descredenciar o CT-PIM junto ao CAPDA por conta de sua própria dissolução e retirar o status de gestor dos 3 Programas Prioritários (PMMA, AMAZONSOFT, TVDI), os quais se encontram em operação e muitas empresas, principalmente as pequenas, ainda aportam recursos de P&D.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): acrescentou que parecer da Procuradoria Federal lotada na Suframa (AGU) acerca desse assunto determinou o fim dos aportes de recursos nos Programas Prioritários coordenados pelo CT-PIM. Tendo em vista o parecer jurídico e decisão tomada pelo Conselho de Administração do CT-PIM pelo encerramento de suas atividades, o CAPDA ficou sem Programas Prioritários. As empresas que possuem obrigação de aplicar recursos, quando assim designadas pela legislação vigente, em Programas Prioritários, encontram-se sem meios para adimplir o seu compromisso. Assim sendo, faz-se necessário que nesta reunião sejam dirimidas todas as questões sobre a forma na qual as empresas irão aplicar os recursos de P&D.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): Respondeu que uma das propostas relativas a Programas Prioritários, é a deliberação pelo CAPDA de constituição de um grupo de trabalho (o mesmo se dispõe a coordenar o grupo) para que em 15 dias se faça um chamamento público de instituições que possam gerenciar o novo conjunto de programas prioritários. O chamamento público terá a função de avaliar e trazer ao Comitê quais seriam as melhores propostas, de forma a possibilitar a visão do pacote formado pelas unidades gestora e executora dos projetos dos Programas Prioritários, pois a relação entre gestora e executora, na área de abrangência da Suframa é operacionalmente diferente daquela sob a Lei de Informática nacional. Aqui os Programas Prioritários são operacionalizados de uma forma descentralizada e isso acabou levando à atual situação do CT-PIM. No Edital deve estar prevista a participação de um membro do CAPDA no Conselho de Administração da ICT, a fim de que se tenha controle mais efetivo sobre a gestão.

DENIS BENCHIMOL MINEV (PIM): perguntou se havia alguma informação de quanto o CT-PIM tinha recebido de recursos nos últimos anos.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): respondeu que chegou a receber entre R\$ 5 e R\$ 6 milhões de faturamento em ano de pico. Ocorreram alguns, cujo faturamento se manteve em R\$ 3 milhões, sendo mantida estrutura de despesas de R\$ 5 milhões, resultando na atual situação financeira.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): Comentou que o CT-PIM responderá não somente pelos valores por ele recebidos, mas também pelos que estavam sob sua coordenação juntos aos projetos dos Programas Prioritários. Continuou informando que foi procurado pelo Diretor Executivo do CT-PIM, Sr. Wesley Pereira, que questionou quais seriam as ações a serem tomadas, pois as empresas que tinham obrigação de P&D o estavam procurando para depositar na conta do CT-PIM. Apesar de a resposta ter sido no sentido do impedimento de novos depósitos nos Programas Prioritários, o Secretário Executivo do CAPDA solicitou orientação dos Comitentes presentes sobre qual deveria ser a correta conduta da Suframa diante desse impasse.

ADALBERTO AFONSO BARBOSA (MCTI): comentou que no caso do CATI, os recursos anteriormente depositados, apesar de estabelecido para qual Programa encaminhar, passavam pelo crivo do Secretário que decidia sobre o seu destino final. Adicionou que o TCU estabeleceu em acórdão que a SEPIN deveria seguir a indicação da empresa quanto ao Programa que receberia o recurso por ela aportado, sendo que o direcionamento dos valores deveria ser executado até 31 de março. Quanto aos valores depositados previamente a este acórdão, estes podem ser empregados em programas antigos ou novos. Conclui pela não obrigatoriedade na aplicação no CT-PIM.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): respondeu que no caso da área de abrangência do CAPDA, quem recebe são as unidades gestoras, nesse caso o CT-PIM.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): comentou que, indagado quanto às empresas que já tinham convênios assinados e em andamento há 6 a 8 meses, a orientação dada foi que o CT-PIM deve entregar o que já foi desenvolvido e, posteriormente, rescindir o contrato com a empresa por força maior: foi a decisão tomada em assembleia no CT-PIM.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): sugeriu que quanto aos aportes feitos ou até os que serão feitos até o dia 31 por questão da anualidade, o CT-PIM, como unidade gestora e executora, deve ser avaliado juridicamente quanto à possibilidade ser o depositário fiel dos recursos alocados sem poder utilizá-los.

EDLENO SILVA DE MOURA (Comunidade Científica): lembrou que há outros Programas Prioritários aprovados além daqueles coordenados pelo CT-PIM, havendo, portanto alternativa, tais como o PRODEBIO, que está ativo, apesar das empresas não terem interesse devido sua área de atuação. Adicionou ainda que foram aprovados no CAPDA dois novos Programas Prioritários (Caboclo Sem Fronteiras e Parque Tecnológico Japiim), que serão Coordenados pela FAPEAM, os quais ainda estão no processo de deliberação para receber recursos de P&D. Foi também citado o REPAM como possível receptor de recursos.

MAURICIO ITIKAWA (Suframa): comentou que de fato existem outros Programas Prioritários que estão ativos, com Termos de Cooperação Técnica ainda vigentes, porém os mesmos não contam com Plano de Utilização de Recursos (PUR) aprovado pela Suframa e que, sem o projeto válido, nenhuma empresa consegue aportar recursos, inviabilizando a aplicação em programas diferentes daqueles até então coordenados pelo CT-PIM. Há ainda a questão da vigência dos Acordos de Cooperação com a Suframa.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): finalizou o assunto comentando sobre a intenção do Ministério em reestruturar o CT-PIM, contudo, a constatação da situação financeira do Centro adicionada a discussões com atores locais, empresas e outras ICTs, foi verificada a inviabilidade de recuperação, o que resultou na decisão tomada.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): pediu que, antes das apresentações dos Programas Prioritários, fossem definidas as questões das empresas: onde irão depositar tais recursos. Questionou sobre a possibilidade alternativa de depositar no FNDCT, ou sobre uma carência até que sejam criados os Programas.

CARLOS ROBERTO DA SILVA (Suplente da Secretaria Executiva do CAPDA): complementou que existem muitas empresas que estão com parcelamentos em andamento nos termos da Resolução CAS nº 301/2010, que concede às empresas a possibilidade de parcelar seus débitos de aplicação em até 48 vezes. Exemplificou dizendo sobre a existência de empresas que, das 48 parcelas, já cumpriram 15, sendo que, em face de decisão de finalização das atividades do CT-PIM, estão sem alternativa para continuarem o pagamento das prestações.

EDLENO SILVA DE MOURA (Comunidade Científica): lembrou novamente que tem o Programa Prioritário Caboclo Sem Fronteiras, sobre o qual o Sr. Carlos Alberto (Suplente da Secretaria Executiva do CAPDA) informou que a Procuradoria Federal da Suframa ainda não apresentou um parecer final quanto a aprovação, pois considera necessário prévio chamamento público para a definição do coordenador do programa, não podendo ser definido por mera indicação única.

SPARTACO ASTOLFI FILHO (Comunidade Científica): comentou que o Programa PRODEBIO está em uma fase de renovação e questionou quanto ao período necessário para a validação do PUR.

MAURÍCIO ITIKAWA (Suframa): respondeu que devem ser cumpridas duas formalidades, a primeira é a manutenção do Termo de Cooperação, haja vista que o vigente se expira em 2016, e a segunda é o PUR, que é rapidamente avaliado, pois esse é avaliado somente no âmbito de Suframa.

MARCELO SOUZA PEREIRA (Secretário Executivo do CAPDA): comentou que diante da impossibilidade de aportes de recursos pelas empresas no CT-PIM atrelada ao tempo necessário para o processo formal de determinação do coordenador, Termo de Convênio e aprovação de PUR, as empresas permanecerão sem alternativa para o cumprimento de suas obrigações. Para que não haja prejuízo para as empresas, nós sugerimos que durante 120 dias, contados da data dessa reunião (30 de março de 2016), as empresas, cujos cumprimentos das obrigações de aplicação em P&D estejam atrelados aos investimentos em Programas Prioritários, permanecerão sem fazer a aplicação, sendo que o saldo, será represado ou seja, o saldo contábil vai continuar existindo e, no momento que forem criados

os Programas Prioritários, o CAPDA comunicará a todas as empresas detentoras de obrigação de P&D sobre os programas prioritários aprovados e com PUR também aprovados.

LUIZ PAZOS (BNDES): levantou questão a correção dos valores durante o período de 120 dias.

MAURÍCIO ITIKAWA (Suframa): comentou que os parcelamentos são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC, então, uma vez bloqueada a possibilidade de depósitos, gera-se a necessidade de decidir se as correções continuariam ou não durante este período. Quanto à alternativa de aplicação no FNDCT levantada pelo Comitente Edleno (Comunidade Científica), respondeu que nos casos dos parcelamentos que estão no âmbito da Resolução CAS nº 301, de 2010, não há previsão normativa para aplicação no FNDCT.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): deliberou que a alternativa de adimplemento, originariamente em Programas Prioritários, no âmbito da Resolução CAS nº 301, de 2010, via depósitos no FNDCT deverão ser encaminhadas via Proposição de Resolução ao CAS.

MAURICIO ITIKAWA e JOÃO PAULO PENHALOSA (Suframa): apresentaram em slides um resumo dos Programas Prioritários que se encontram ativos sob coordenação do CT-PIM (TVDI, AMAZONSOFT e PMMA). Foi informado que os dados não foram fiscalizados pela Secretaria do CAPDA em função do não atendimento, por parte do CT-PIM, à solicitação de apresentação dos documentos dos projetos. Foram apresentados gráficos com informações macro sobre os três programas em termos de aportes (valores que as empresas depositam em conta do CT-PIM) e de repasses (valores aplicados pelo CT-PIM nos projetos). Foi enfatizado que no período compreendido entre 2006 e 2015, houve mais repasses do que aportes, levantando suspeitas sobre desvio de valores, o qual deverá ser apurado. Outro aspecto importante é que o fluxo de entrada de recursos nos Programas Prioritários não é constante, haja vista que esta modalidade de investimento pelas empresas é opcional ou por força de glosas (âmbito da Resolução CAS nº 301, de 2010). Este fenômeno gera dificuldade na gestão contínua de projetos, os quais em determinado ano com baixa aplicação, podem ficar sem recursos. Continuando a apresentação foi mostrado um déficit de R\$ 500 mil na TVDI e superávit de R\$ 900 mil no AMAZONSOFT. No detalhamento dos repasses verificou-se, como executores a Fundação Rede Amazônica, o próprio CT-PIM, UFAM, FUCAPI, IFAM. É importante observar aqui que 80% dos valores forma aplicados em projetos que o próprio centro executava.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): explicou que no chamamento do edital será obrigatória a formação do Conselho de Administração das ICTs que terão que ter um membro do CAPDA para acompanhar a operacionalização dos recursos (estrutura de governança), evitando a concentração de trabalho em uma equipe pequena.

EDLENO SILVA DE MOURA (Comunidade Científica): apresentou o **Programa Prioritário Caboclo Sem Fronteiras**, que tem foco na formação de capital intelectual através do intercâmbio intra-regional, inter-regional e internacional com a finalidade de gerar vocação sustentável de produção de riqueza através do conhecimento. Exemplificou como fraqueza da região o fato da UFAM possuir 250 mestres, dos quais não há nenhum especialista na área de jogos, que é uma das áreas promissoras na geração de riquezas, demonstrando fragilidade no poder de formação local em relação às demandas tecnológicas. Enfatizou

ainda que as linhas de aplicação deveriam ser diversificadas, não focadas somente em áreas fins, como informática, mas também em áreas que sirvam de base, tais como matemática, física e sensores, com olhar voltado à nova economia, sem desprezar, contudo, o Polo Industrial de Manaus. Exemplificou com a área de sistemas embarcados da Samsung, que possui forte ligação com o pessoal que desenvolve produtos no Distrito Industrial.

ESTEVÃO MONTEIRO DE PAULA (Governo do Estado): acrescentou que há 3 anos, a Microsoft lançou um documento chamado de “Quarto Momento”, que é a aplicação de TI em todas as áreas do conhecimento.

LUIZ PAZOS (BNDES): comentou que a iniciativa do Programa Prioritário em comento é válida, pois através da formação de capital intelectual local, visando a produção de riquezas na região, cessaria a evasão de profissionais da região.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): passou a palavra para o Prof. Dr. Manoel Cardoso (convidado/UEA).

MANOEL CARDOSO (convidado/UEA): Contextualizou a formação industrial da ZFM, explicando a estabilização e polarização entre os segmentos eletroeletrônico e de duas rodas, cujos lucros vêm reduzindo e há grande concentração de tecnologia. Informou que estudos realizados pelo Governo do Estado e Suframa voltados para identificar segmentos que podem ser incentivados, valorizando toda a cultura industrial desenvolvida nos 50 anos de ZFM resultaram na viabilização da indústria de eletro portáteis, por exemplo. Atrelado a este segmento, citou a IoT (*Internet of Things* – Internet das Coisas). Continuou apresentando sinteticamente o histórico da crise europeia, sobre a qual foi verificado que se agravou em países que abandonaram o setor manufatureiro em função da dificuldade de competir com os baixos custos de mão de obra observados nos países emergentes. Nesse cenário, foi apresentado na Feira de Hannover o conceito “**Indústria 4.0**”, sobre o qual a Comunidade Europeia visa aumentar a abrangência comercial interna de produtos industrializados na própria Europa (hoje em 16%, meta de 20% até 2020). Os Estados Unidos apostam também no que intitulou “Renascimento da Indústria”. Esses programas baseiam-se na transformação das linhas de produção através da implementação de sistemas inteligentes, nos quais máquinas se comunicam entre si, apontando e aprendendo com erros, de forma a minimizar a interferência humana no processo. Exemplificou relatando sobre uma fábrica da Siemens que já funciona nos preceitos de “Indústria 4.0”. No entanto apontou que, no Brasil, a industrialização ainda se encontra no índice “2.0”, ou seja, há concentração de montagem pura, sendo que poucos locais se atingiu o índice “3.0”, um desses locais, pode-se citar o PIM, ou seja, a questão da maximização da automação industrial deve estar nas estratégias de visão futura regional. Nesses termos, o fato de os países ricos procurarem recuperar a vocação industrial, que pode ser considerada uma ameaça aos países emergentes, deve ser enxergada como oportunidade de qualificar antecipadamente a nossa indústria. Exemplificou essa visão estratégica com a aplicada pelas empresas Samsung e LG.

MANOEL CARDOSO (convidado/UEA): abordou também a questão do fluxo populacional do campo para as cidades, chamando a atenção para a necessidade de viabilizar os conglomerados urbanos. Às grandes cidades que fazem uso de tecnologia para melhorar a vida dos seus habitantes, dá-se o nome de “**Smart Cities**”. Na sequência enumerou o

terceiro tema que foi o de capacitação profissional, referindo-se à necessidade de desenvolvimento da engenharia local para que não somente seja revertido fluxo de projetos, cujas origens são as matrizes de empresas multinacionais, sendo local somente a fabricação dos produtos. Sobre este tema, enfatizou que há necessidade não somente de desenvolvimento técnico, mas a formação de mentalidade diferenciada, com potencial de geração de riquezas, com capacidade transformadora. Finalizou sua apresentação expondo o tema de “**tecnologias assistidas**”, que trata das restrições humanas, tais como a cegueira, a surdez, a impossibilidade ou limitação de locomoção, etc. sobre as quais se constata enormes oportunidades de inovação. Exemplificou com o desenvolvimento de equipamento pela UEA para câncer de mama, chamando a atenção de diversas empresas que prezam pelo investimento em tecnologias de alto valor agregado. Citou também o desenvolvimento de aplicativo de celular que permite a comunicação por deficientes auditivos com o mundo. Tais exemplos demonstram quão promissora é a área tecnológica no campo da medicina.

MÁRIO BESSA FILHO (Comunidade Científica): concordou com a apresentação do Prof. Edleno (Comunidade Científica), argumentando que os dados colocados a respeito das aplicações em P&D de 2010 e 2011, foi direcionado para 0,45% para a UEA e 0,89% para a UFAM do total de R\$ 190 milhões em 2010 e em 2011, dos R\$ 248 milhões de reais, 0,18% foi aplicado na UEA 0,29% na UFAM. Citou que a universidade pode mudar a vida das pessoas, porém os recursos não são destinados a essas instituições. Lembrou que Manaus chegou a 5ª posição no ranking nacional de arrecadação, fato que não reflete a realidade da educação, exemplificando pelo resultado da pesquisa PISA (*Programme for International Student Assessment*), na qual o Amazonas ficou em penúltimo lugar em matemática e em 24º lugar em leitura dentre as 27 unidades federativas. Continuou relatando a dificuldade de preenchimento das turmas de engenharia da UEA em função do baixo nível de preparo dos candidatos, fundamentando, desta forma a proposta de criação de Programa Prioritário voltado a Tecnologias Educacionais a fim de elevar a qualidade dos ensinamentos fundamental e médio para que o aluno possa ingressar em uma universidade num melhor nível. Concluiu exemplificando a necessidade de incluir na grade acadêmica disciplinas preparatórias (álgebra, física, etc.) para que os alunos consigam iniciar as disciplinas normais de nível superior (cálculo, etc.).

SPARTACO ASTOLFI FILHO (Comunidade Científica): apresentou o Programa Prioritário PRODEBIO. O PRODEBIO é um Programa Prioritário que apesar de não ter atraído recursos diretos das empresas foi muito importante para o desenvolvimento da Biotecnologia na nossa região, elevando o patamar da área de biotecnologia como resultado da formação de recursos humanos. A formação de Doutores permitiu o surgimento de líderes de projetos, novas empresas e *startup*. O Programa Prioritário PRODEBIO historicamente recebeu somente 40 mil de empresa em um único projeto sobre bactérias hospitalares, no entanto a importância dessa área em nossa região pode ser evidenciada pelo fato dos editais que financiaram infraestrutura, recurso humano e projetos integrados, via CT-Amazônia, terem, aproximadamente, 50% sido destinados para área da biodiversidade, BIOTEC e bioindústria, por meio de instituições como o INPA, ICB (UFAM), etc. Defendeu a manutenção do Programa PRODEBIO até então coordenado pela UNISOL, tendo como executora a UFAM, apresentando o histórico evolutivo dos estudos em biotecnologia na Amazônia e quão importante foram os investimentos realizados via FAPEAM e CT-Amazônia nos últimos anos. Nesse período, instituições como UFAM e INPA participaram da Rede Genômica Nacional e montaram a Rede Genômica da Amazônia,

iniciada com o guaraná. Várias outras instituições de toda a região tiveram seus laboratórios equipados, culminando na montagem da Rede Bionorte, quando foram realizados aproximadamente 100 cursos de pós-graduação nas áreas de biodiversidade, conservação e biotecnologia por toda a Amazônia Legal. Acrescentou ainda que a UFAM já conta com Doutorado e Mestrado nas áreas de Biotecnologia e conservação e defendeu a continuidade do Programa PRODEBIO, expondo a relevância dos investimentos para a criação de capital humano para pesquisas em biotecnologia enfatizando o contexto da localização amazônica, bem como na viabilização empreendedora a partir de iniciativas inovadoras em bioprodutos e bioprocessos. Citou ainda iniciativas que podem receber recursos, por exemplo o “Plano de Ciência e Tecnologia e Inovação de Desenvolvimento da Amazônia Legal”. Finalizou, com a afirmação de que o Programa PRODEBIO deve ter sua continuidade com vistas ao apoio ao CBA e para que a Rede Bionorte tenha Doutores trabalhando na área. Solicitou então prazo de 30 dias para apresentar um documento básico do Programa.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): sugeriu que a quantidade de Programas Prioritários a serem aprovados devem ser em número reduzido com vistas ao cenário macroeconômico previsto para os próximos 3 anos, que inclui redução de recursos provindos de empresas para aplicação em Programas Prioritários. Uma grande quantidade de programas resulta em pulverização de áreas que receberão pouco dinheiro, restringindo o atendimento a projetos de baixo impacto. Havendo poucos Programas Prioritários, estes poderão concentrar os recursos e realizar projetos de maior relevância para a região, adicionado a redução da carga administrativa da Suframa. Outro ponto a ser considerado é a abrangência dos programas. Estes devem combinar necessidades locais com necessidades nacionais. Em reunião com Governo do Estado do Amazonas, áreas de Educação, Saúde e Planejamento, foi identificada como necessidade local, transpor o isolamento regional através de tecnologias, tais como tecnologias educacionais, saúde digital, kits diagnósticos, etc. Em nível nacional (apresentação do Professor Manoel Cardoso) está o desafio do desenvolvimento tecnológico industrial, tema da indústria 4.0, ou manufatura avançada, que hoje é objeto de estudos pelo governo em 8 capitais. Esse estudo busca entender o conceito de manufatura avançada no Brasil para estabelecer uma estratégia de evolução para o parque nacional, haja vista que países industrialmente mais desenvolvidos (Estados Unidos, Alemanha, China, etc.) possuem diferentes estratégias. Os setores que atualmente estão na vanguarda na questão de manufatura avançada são fabricantes de bens de consumo eletroeletrônico, automotivo, duas rodas e aeronáutico, os quais têm se beneficiado da redução de preços de sensores, robôs e impressoras 3D para a elevação da inteligência dos processos. O barateamento da tecnologia não demorará para chegar à Zona Franca de Manaus. Nesse contexto, propôs que um Programa Prioritário que atenda a necessidade nacional seja a “Indústria 4.0”, a qual envolve a digitalização das linhas de produção por meio da facilidade gerada pelo barateamento de sensores e dispositivos tecnológicos, mantendo a pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental em sintonia com as tendências industriais dos países desenvolvidos. Sobre o PRODEBIO, o Coordenador do CAPDA orientou que, alinhado com a reestruturação do CBA, o programa deva ter ações que atraiam o interesse das empresas, pois pelo fato de não ter correlação direta com a atividade industrial, os aportes podem se manter escassos, como demonstrado historicamente. Quanto ao Programa Prioritário “CABOCLO SEM FRONTEIRAS”, sobre o qual se obteve unanimidade quanto à relevância da necessidade de qualificação de recursos humanos, solicitou uma reflexão a respeito da priorização em caso de limitação de recursos (exemplo: 50 pessoas em 6 áreas ou 300 pessoas em 2 áreas). Dentro do contexto econômico em que vivemos, há necessidade de decidir onde aplicar os recursos, evitando a

pulverização para concentrar esses valores a fim de se desenvolver projetos com impactos locais com vistas a aplicações mundiais. Além disto, solicitou à SUFRAMA a avaliação técnica sobre a proposta deste PPI.

ESTEVÃO MONTEIRO DE PAULA (Governo do Estado): comentou sobre o PRODEBIO e sugeriu que as ações não deveriam se restringir ao CBA, mas deveria ser ampliado efetivamente e dar oportunidades para ações existentes nos outros estados da Amazônia Ocidental. Comentou ainda que o Coordenador do CAPDA visitou apenas a Secretaria de Educação, Saúde, porém há outras demandas do Estado do Amazonas em outras áreas. Solicitou autorização para apresentar uma proposta de programas e projetos.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): propôs que fossem trabalhadas as propostas debatidas em reunião, sobre as quais seria enviada uma proposta de edital para seleção de instituições gestora e executora dos programas e projetos. As grandes áreas prioritárias debatidas serão: “MANUFATURA AVANÇADA – INDÚSTRIA 4.0”, “CIDADES INTELIGENTES”, no qual se incluem projetos de educação e desenvolvimento local, primordialmente envolvendo TI e recursos humanos, o “PRODEBIO”, e, conforme sugerido, programa voltado para “TECNOLOGIAS ASSISTIDAS”. De forma macro, tudo que se fizer aqui, considerar a hipótese de aplicação externa.

ADALBERTO AFONSO BARBOSA (MCTI): exemplificou o modelo de linhas prioritárias indicadas no CATI, que são: “MANUFATURA AVANÇADA”, “INTERNET DAS COISAS”, “MICROELETRÔNICA” e “ARQUITETURAS AVANÇADAS” nas áreas de equipamentos, área de software, de computação em nuvem, aplicação em saúde e segurança e defesa cibernética.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA (MDIC): falou que a intenção é que circulasse macro áreas e pela experiência de startup Brasil e de outros, elaborando edital levando em consideração alguns critérios relevantes, estimulando a vinda de propostas de ICTs dentro das macro-linhas dadas.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): colocou em votação final a proposição das linhas temáticas e da formação dos 2-3 Programas Prioritários, tendo sido deliberado pelos comitentes a proposição de estruturação dos novos PPIs e a publicação de edital de chamamento público para novo credenciamento.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA (Coordenador do CAPDA): encerrou a 48ª R.O do CAPDA, agradecendo a todos os presentes.

Manaus, 30 de março de 2015.

Marcos Vinícius de Souza
Coordenador do CAPDA

Marcelo Souza Pereira
Secretário Executivo do CAPDA